



Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA - IMS
Rua São Francisco Xavier - 524 - 7ª andar / blocos D e E
Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - BRASIL - 20550-013
Telefone 55 (21) 2334-0235
Email secretaria@ims.uerj.br



DISCIPLINA

IMS028302 - Tópicos Especiais em Política, Planejamento e Administração em Saúde I (DO PPAS)

Classificação: Eletiva

Carga horária: 30

Créditos: 2

TURMA

Número: 006

Professor(es):

MARIO ROBERTO DAL POZ

Tema: Custo da formação em saúde

Local: sala de aula

Vagas: 10

Período: 22/03/2023 até 28/06/2023

Horário: quarta-feira - 09:00 hs até 12:00 hs

JUSTIFICATIVA

A expansão do ensino superior privado tem sido considerada como uma das características mais dinâmicas e aceleradas da área de educação no século XXI. No Brasil, principalmente nas últimas duas décadas a configuração do ensino superior seguiu este perfil com aumento substancial no número de cursos, vagas e matrículas além de transformações no formato administrativo-jurídico das instituições e modalidades de ensino e cursos. Este mercado foi aquecido pela instituição de programas governamentais de ampliação do acesso tais como: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituídos respectivamente pelas Leis: 10.260 de 12 de julho de 2001 e 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

A expansão dos cursos privados na formação em saúde também é uma realidade, a despeito das diferentes profissões guardarem especificidades de acordo com as dinâmicas e os mecanismos de suas regulações e dos respectivos mercados de trabalho.

No caso dos cursos de medicina, a partir de 2004, a participação das instituições de ensino superior privadas (IESP) passou a apresentar taxas superiores as relacionadas ao setor público. Em 2013 teve início um novo ciclo de expansão do número de cursos e vagas nesta área educacional, principalmente no setor privado, impulsionado pela promulgação da Lei no. 12.871 que instituiu o Programa Mais Médicos (PMM).

O diploma profissional para o exercício da medicina pode ser obtido no país por meio de Instituições de Ensino Superior (IES) tais como faculdades, centro universitários ou universidades. De forma independente da organização acadêmica da IES, os cursos de graduação de medicina têm seis anos de duração que combinam aulas teóricas, de laboratório e prática supervisionada em ambientes reais. Além das salas de aula, bibliotecas e laboratórios de informática e para a prática clínica é necessário acesso a estruturas ambulatoriais e hospitalares, sejam estas próprias das IES ou conveniadas.

Esta característica complexa do curso exige infraestrutura física e recursos humanos diversificados, fatores que tornam a proposta de educar um médico muito cara para qualquer economia.

No que tange aos recursos humanos, além do corpo docente, é necessário garantir pessoal administrativo e equipes multiprofissionais de saúde de níveis superior e técnico. A combinação destes recursos humanos permite que as escolas médicas, na dependência de sua categoria acadêmica, ofereçam aos alunos, além do ensino tradicional, a possibilidade de inclusão de projetos de pesquisa e extensão em seus processos de formação.

A complexidade das escolas médicas também, exige regulação por parte do Estado e da sociedade civil. No Brasil este esforço é realizado pelos Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (MS), com participação do Conselho Nacional de Saúde e dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina (CNS, CFM e CRMs), além da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM) e da Associação Médica Brasileira (AMB). Estas instituições, geralmente têm como principal foco a garantia da qualidade dos cursos, sendo o custo relegado a um segundo plano.

O artigo 200 da Constituição Federal de 1988 define que a ordenação da formação de recursos humanos em saúde compete ao Sistema Único de Saúde (SUS). Neste sentido, a necessidade de atendimento à população mantém pressão não só sobre a disponibilidade de profissionais de saúde, mas também sobre a qualidade deste tipo de formação superior.

Diante do processo contínuo e acelerado da expansão dos cursos privados de medicina no país importa analisar os custos desta formação considerando não só fatores como a duração do curso, exigência de dedicação integral e os altos custos das mensalidades que incidem sobre o orçamento das famílias, mas também os investimentos públicos empregados nesta formação.

OBJETIVOS

A disciplina tem o objetivo de familiarizar os alunos com os dados, problemas e fatores relacionados ao custo da formação em saúde, bem como examinar de maneira crítica a literatura sobre o tema.

PRÉ-REQUISITOS

nenhum

TÓPICOS PROGRAMA

Introdução à análise dos modelos de avaliação do custo da formação em saúde
Análise econômica na oferta de docentes e o impacto nos sistemas educacionais
Desenvolvimento de pesquisas de avaliação econômica em educação de profissionais de saúde
Qualidade e custo em educação de profissionais de saúde: avaliação econômica
seminários sobre temas relacionados à economia da educação em saúde

BIBLIOGRAFIA

Bold, Tessa; Gauthier, Bernard; Svensson, Jakob; Wane, Waly. 2010. Delivering Service Indicators in Education and Health in Africa : A Proposal. Policy Research working paper ; no. WPS 5327. World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/3812>

Buchan J, Dhillon I, Campbell J, editors. Health employment and economic growth: an evidence base. Geneva: World Health Organization. 2016 (http://www.who.int/hrh/com-heeg/Needs_demands_shortages.pdf?ua=1)

Fabrino, Ricardo José Grossi; Bruno Siqueira do Valle; Ricardo Correa Gomes. The cost of educational effectiveness: Evidence from financing basic education in Brazil. The International Journal of Management Education, Volume 12, Issue 2, 2014, <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2014.03.007>

McPake, Barbara; Squires, Allison; Mahat, Agya; Araujo, Edson C.. 2015. The Economics of Health Professional Education and Careers : Insights from a Literature Review. World Bank Study;. Washington, DC: World Bank.. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/22576>

Pinto J.M..R. (2021) The Education System of Brazil: Financing of Education in Brazil. In: Jornitz S., Parreira do Amaral M. (eds) The Education Systems of the Americas. Global Education Systems. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-41651-5_21 de Fanelli, A. G. (2014). Financing Higher Education in Latin America. International Higher Education, (74), 22-24. <https://doi.org/10.6017/ihe.2014.74.5472>

Preker, Alexander S; Hortenzia Beciu; Eric L Keuffel. Financing the Education of Health Workers: Gaining A Competitive Edge. September 2019. DOI: 10.1142/11225. ISBN: 978-981-327-874-5

Psacharopoulos, George; Patrinos, Harry Anthony. 2002. Returns to Investment in Education : A Further Update. Policy Research Working Paper; No. 2881. World Bank, Washington, DC. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/19231>

World Bank. 2010. Financing Higher Education in Africa. Directions in Development ; human development. World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2448>

William J Bicknell, Andrew C Beggs and Phi Van Tham. Determining the full costs of medical education in Thai Binh, Vietnam: a generalizable model. Health Policy and Planning+E2:E16. 2001

Bobroff, Maria Cristina Cescatto and Garanhani, Mara Lucia and Gordan, Pedro Alejandro and Martins, Julia Trevisan. Costs on nursing education: a review. Ciencia, Cuidado e Saude. 2010

Goulston, K. and Oates, K. and Shinfield, S. and Robinson, B. Medical student education: what it costs and how it is funded. Internal Medicine Journal. 2022

Walsh, K. Cost in medical education: one hundred and twenty years ago Advances in Health Sciences Education. 2015

Hill KR. Cost of Undergraduate Medical Education in Britain. British medical jornal. 1964

AVALIAÇÃO

A avaliação desta disciplina será realizada com base na participação em aula/seminário (peso 3) e na elaboração de trabalho original, a ser entregue impresso ou por e-mail, ao final do curso curso (peso 7): O texto deverá ter aproximadamente 10 páginas em espaço 1,5 e baseado em aproximadamente 6 a 10 referencias bibliográficas